

Companhia Industrial Cataguases e Controlada

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis de 2018

Objeto de Publicação

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Industrial Cataguases, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparado em conformidade com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e às práticas adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) aplicáveis às operações da Companhia.

Mensagem da Administração

Segundo o Banco Central, o Brasil registrou em 2018 um crescimento do nível de atividade econômica de 1,15% em comparação com 2017. O ano foi marcado pelo aumento da produção industrial e pela manutenção dos juros básicos da economia na mínima histórica de 6,5% ao ano. A atividade econômica brasileira registrou expansão em 2018 pelo segundo ano consecutivo.

Apesar disto, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), no setor têxtil a produção nacional fechou o ano com queda de 1,6% e a de vestuário de 3,7%. A greve dos caminhoneiros, que paralisou o País no mês de Maio; a Copa do Mundo da Fifa 2018; bem como a polarização e incertezas da sociedade em razão das eleições, foram apontados como os fatores responsáveis pelo desempenho ruim da indústria têxtil e de confecção. Além disso, o varejo de vestuário também não correspondeu às expectativas. Ao contrário de 2017, quando as vendas de vestuário registraram bom desempenho, superando outros bens de consumo, entre janeiro e setembro de 2018, o varejo recuou, 3,0%.

Tais eventos macroeconômicos nacionais afetaram também nossa Companhia. Além do rescaldo das mudanças estruturais promovidas no ano anterior, 2018 se mostrou especialmente desafiador. A Companhia experimentou pressões de custos diversos que não foram integralmente absorvidos pelo mercado em geral. No algodão, e apesar da safra recorde, os custos tiveram acréscimo em mais de 10% se comparados ao ano anterior, o que impactou não apenas o preço da pluma mas também dos fios comprados da mesma fibra. Corantes e anilinas em geral também tiveram elevações significativas de preço em razão de diminuição da oferta mundial em decorrência do fechamento de diversas fábricas na China, pressionadas pelo governo local por controles ambientais mais severos. Óleos lubrificantes e combustíveis também sofreram aumentos em decorrência da política de reajuste de preços da Petrobrás.

Paralelamente e em decorrência de tais eventos, a Administração reforçou e intensificou os ajustes necessários às suas estruturas internas e os gastos associados às mesmas. O quadro de funcionários que compõe a média-alta gerência, tanto produtiva como administrativa, foi profundamente reduzido. Diversos benefícios a empregados foram revistos ou cancelados em comum acordo com os funcionários e/ou por intermédio de seus sindicatos de representação de classe. Além disso, diversos contratos de prestadores de serviço das mais variadas naturezas foram revistos assim como empreendidas iniciativas de desmobilização de ativos obsoletos e inoperantes.

Resultado de 2018



A Companhia firmou acordo de parcelamento de pagamento relativo à uma diferença tarifária de energia elétrica cujo processo judicial se arrastava por 12 (doze) anos, e que possibilitou reversão expressiva das expectativas de perda além de eliminar o risco de execução imediata, preservando portanto sua liquidez. No segundo semestre obtivemos liminar favorável da justiça federal que nos possibilitou excluir o ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins, medida esta adotada por diversas outras empresas e largamente divulgado nos noticiários em geral, beneficiando nossos níveis de receita. Ao final do ano a Companhia promoveu reclassificação de parte da reserva de investimentos para reserva de incentivos fiscais, baseado na alteração do tratamento dado aos valores de subvenção de crédito fiscal presumido de ICMS concedidos pelo estado de Minas Gerais, o que atenuou também de forma expressiva os resultados negativos do ano.

I - EBITDA (*Earns Before Interest Taxes Depreciation and Amortization*) Ajustado, EBITDA Gerencial e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2018 foi negativo em R\$ 1 milhão. O EBITDA Gerencial do exercício de 2018 foi negativo em R\$ 6,7 milhões. O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA Ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho. O EBITDA Gerencial é também uma medida não contábil elaborada pela Companhia, que parte do EBITDA Ajustado e acresce ao mesmo os efeitos extraordinários não recorrentes no período.

Reconciliação do EBITDA:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(4.091)	(11.059)
(+) IRPJ e CSLL	(8.622)	(5.681)
(-) Resultado financeiro	2.750	4.679
(+) Depreciação e Amortização	6.377	7.220
EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	(9.086)	(14.199)
(+) Efeitos líquidos IFRS	8.049	8.808
EBITDA Ajustado	(1.037)	(5.391)
Margem EBITDA Ajustado em relação a Receita Líquida	-0,59%	-3,06%
(+) Indenizações a Representantes Comerciais	-	1.677
(+) Indenizações Trabalhistas	1.363	2.532
(+) Prov. Estoques <i>Slow Moving</i>	-	260
(-)IR/CS s/crédito presumido ICMS p/subvenção investimentos	4.204	-
(-)Reversão juros Horizontes Energia	3.247	-
(+)Honorários de êxito/sucumbência ação Horizontes Energia	406	-
EBITDA Gerencial	(6.719)	2.227
Margem EBITDA Gerencial em relação a Receita Líquida	-3,80%	1,26%
(*) Perdas calculadas com base no volume histórico natural de negócios.		

Resultado de 2018



O prejuízo apurado em 2018 foi de R\$ 4.091 mil e 2017, R\$ 11.059 mil.

II - Programa de Investimentos de Capital

A Companhia executou projetos de investimentos, aplicando em 2018 recursos no valor de R\$ 3,07 milhões, basicamente destinados a projetos obrigatórios e/ou iniciados em exercícios anteriores e até então não concluídos.

III - Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos:

1. A Companhia Industrial Cataguases e sua controlada durante o exercício de 2018 não adquiriram serviços de seus Auditores Externos, a não ser aqueles estritamente relacionados com a análise e emissão de parecer em relação as suas Demonstrações Financeiras.
2. Em 2018, a Companhia contratou serviços de auditoria externa obrigatórios da empresa Grant Thorn Audidores Independentes no montante de R\$202 mil, que compreendem a revisão das informações trimestrais (ITRs) e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (DFP).
3. A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

IV – Perspectivas

Definido o cenário político doméstico, temos expectativas de que as reformas estruturais do governo sejam aprovadas, o que certamente trará um ambiente de negócios e consumo mais favorável à economia em geral.

Ao longo de 2018, com o apoio de uma consultoria estratégica de classe mundial, a Companhia patrocinou uma revisão de seu direcionamento estratégico que culminou em diversas ações para retomada do crescimento. As perspectivas futuras são de adoção e implantação de tais iniciativas na busca da recuperação positiva dos negócios.

V – Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2018; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cataguases (MG), 28 de fevereiro de 2019.

A Administração.

Companhia Industrial Cataguases

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.705	24.768	10.890	25.002
Títulos e valores mobiliários	6	1.342	829	1.342	829
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	153	-	153
Contas a receber de clientes	7	34.147	37.919	34.147	37.919
Estoques	8	63.185	60.542	63.362	60.720
Impostos a recuperar	9	3.721	1.684	3.721	1.684
Partes relacionadas	18	-	290	-	290
Outros ativos	10	1.954	1.715	2.009	1.768
Total do ativo circulante		115.054	127.900	115.471	128.365
Ativos de operações descontinuadas	30	-	-	7	7
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos a recuperar	9	6.579	7.474	6.579	7.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	687	-	684	-
Depósitos judiciais	21	656	742	656	742
Títulos e valores mobiliários	6	2.034	1.376	2.034	1.376
Partes relacionadas	18	-	2.375	-	2.375
Total do realizável a longo prazo		9.956	11.967	9.953	11.967
Investimentos	11	4.191	4.223	302	275
Propriedade para investimentos	12	900	717	3.900	3.717
Imobilizado	13	93.399	97.432	93.873	97.926
Intangível	14	1.198	1.162	1.198	1.162
Total do ativo não circulante		109.644	115.501	109.226	115.047
Total do ativo		224.698	243.401	224.704	243.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo circulante					
Fornecedores	15	14.351	9.091	14.351	9.093
Salários e contribuições sociais	-	1.173	1.109	1.173	1.109
Instrumentos financeiros derivativos	22	292	-	292	-
Empréstimos e financiamentos	17	25.247	44.282	25.247	44.282
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	2	21	2	21
Obrigações tributárias	19	338	1.060	338	1.069
Provisões diversas	20	4.401	4.491	4.401	4.491
Partes relacionadas	18	310	1.087	310	1.087
Outros passivos	-	3.486	1.729	3.486	1.729
Total do passivo circulante		49.600	62.870	49.600	62.881
Passivos de operações descontinuadas	30	-	-	1.452	1.426
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	28.656	16.047	28.656	16.047
Obrigações tributárias	19	797	743	797	743
Provisões para riscos	21	5.215	15.545	5.215	15.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	7.923	-	7.925
Provisões diversas	20	2.926	3.035	2.926	3.035
Partes relacionadas	18	254	368	254	368
Outros passivos	-	5.695	1.304	5.695	1.304
Total do passivo não circulante		43.543	44.965	43.543	44.967
Patrimônio líquido	23				
Capital social	-	73.289	73.289	73.289	73.289
Ajuste de avaliação patrimonial	-	17.316	18.544	17.316	18.544
Reservas de lucros	-	40.950	43.733	40.950	43.733
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		131.555	135.566	131.555	135.566
Participação dos não controladores		-	-	(1.446)	(1.421)
Total do patrimônio líquido		131.555	135.566	130.109	134.145
Total do passivo e patrimônio líquido		224.698	243.401	224.704	243.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	24	176.744	176.418	176.748	176.455
Custos das vendas	25	(149.894)	(155.991)	(149.894)	(155.991)
Lucro bruto		26.850	20.427	26.854	20.464
Despesas com vendas	25	(23.596)	(26.446)	(23.596)	(26.446)
Despesas administrativas	25	(16.691)	(13.101)	(16.753)	(13.168)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(1.914)	(1.991)	(1.918)	(2.006)
Prejuízo operacional		(15.351)	(21.111)	(15.413)	(21.156)
Receita financeira		31.667	21.039	31.703	21.216
Despesa financeira		(28.951)	(16.633)	(28.953)	(16.537)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27	2.716	4.406	2.750	4.679
Resultado de equivalência patrimonial	11	(60)	17	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(12.695)	(16.688)	(12.663)	(16.477)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	651	658	644	581
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	7.978	5.100	7.978	5.100
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações continuadas		(4.066)	(10.930)	(4.041)	(10.796)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	30	-	-	(50)	(263)
Prejuízo do exercício		(4.066)	(10.930)	(4.091)	(11.059)
Prejuízo do exercício atribuível a:					
Participação dos acionistas controladores	29	(4.066)	(10.930)	(4.066)	(10.930)
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	(25)	(129)
Prejuízo do exercício		(4.066)	(10.930)	(4.091)	(11.059)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$		(27,98)	(75,22)		
Resultado por ação ordinária		(27,98)	(75,22)		
Resultado por ação preferencial		(27,98)	(75,22)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do período	(4.066)	(10.930)	(4.091)	(11.059)
Atualização do passivo atuarial	55	(126)	55	(126)
Efeito fiscal sobre atualização do passivo atuarial	(19)	43	(19)	43
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(4.030)	(11.013)	(4.055)	(11.142)
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas não controladores			(25)	(129)
Acionistas controladores			(4.030)	(11.013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores no patrimônio líquido da controladora	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção	Reserva para incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1º de janeiro de 2017	73.289	6.606	46.776	-	-	19.903	146.574	(1.291)	145.283
Dividendos não reclamados	-	-	5	-	-	-	5	-	5
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	1.276	(1.276)	-	-	-
Redução de capital de controladas por acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	--	(1)	(1)
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	-	(83)	(83)	-	(83)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.930)	-	(10.930)	(129)	(11.059)
Absorção do prejuízo	-	-	(9.654)	-	9.654	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>73.289</u>	<u>6.606</u>	<u>37.127</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.544</u>	<u>135.566</u>	<u>(1.421)</u>	<u>134.145</u>
Em 1º de janeiro de 2018	73.289	6.606	37.127	-	-	18.544	135.566	(1.421)	134.145
Dividendos não reclamados	-	-	19	-	-	-	19	-	19
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	1.264	(1.264)	-	-	-
Reclassificação de reserva	-	-	(12.366)	12.366	-	-	-	-	-
Atualização do passivo atuarial	-	-	-	-	-	36	36	-	36
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.066)	-	(4.066)	(25)	(4.091)
Absorção do prejuízo	-	-	(2.802)	-	2.802	-	-	-	(0)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>73.289</u>	<u>6.606</u>	<u>21.978</u>	<u>12.366</u>	<u>-</u>	<u>17.316</u>	<u>131.555</u>	<u>(1.446)</u>	<u>130.109</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes da tributação sobre o lucro		(12.695)	(16.688)	(12.663)	(16.477)
Resultado de operações descontinuadas				(50)	(263)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	13	6.048	6.688	6.068	6.710
Amortização de ativos intangíveis	14	309	510	309	510
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(553)	3.841	(552)	3.841
Atualização contingências	21	961	855	960	855
Despesas financeiras líquidas não realizadas	17	9.676	5.664	9.676	5.664
Reversão despesa financeira	21(b)	(3.247)	-	(3.247)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11(a)	60	(17)	-	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	13 e 14	528	67	528	67
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(443)	(818)	(443)	(818)
Outros		(332)	(1.215)	(332)	(1.215)
Aumento/diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	7	4.428	2.510	4.428	2.515
Estoque	8	(2.491)	7.136	(2.490)	7.136
Impostos a recuperar	9	(1.142)	2.659	(1.142)	2.582
Depósitos judiciais	21	86	772	86	772
Partes relacionadas	18	2.665	101	2.665	(71)
Outros ativos	10	(239)	12	(241)	32
Aumento/diminuição de passivos operacionais					
Fornecedores	15	5.304	(1.375)	5.302	(1.374)
Obrigações tributárias	19	(668)	(2.320)	(684)	(2.319)
Provisões para contingências	21	-	(2.352)	-	(2.352)
Partes relacionadas	18	(891)	(4.022)	(891)	(331)
Outros passivos		(1.683)	1.115	(1.682)	1.115
Passivos de operações descontinuadas	30			26	301
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais					
		5.681	3.123	5.631	6.880
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
		1.591	(2.314)	1.541	1.402
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	6	(1.171)	(44)	(1.171)	(44)
Aquisições de investimento	11(c)	(28)	-	(27)	(9)
Aquisições de imobilizado	13	(2.319)	(1.629)	(2.319)	(1.629)
Aquisição de intangível	14	(569)	(331)	(569)	(331)
Redução de capital em controlada	11(c)	-	3.793	-	-
Redução de capital em controlada por acionistas não controladores		-	-	-	(1)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento					
		(4.087)	1.789	(4.086)	(2.014)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos tomados	17	52.671	52.993	52.671	52.993
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(64.238)	(56.089)	(64.238)	(56.089)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(754)	-	(754)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento					
		(11.567)	(3.850)	(11.567)	(3.850)
Redução em caixa e equivalente de caixa					
Caixa e equivalente de caixa no início do período	5	24.768	29.143	25.002	29.464
Caixa e Bancos - moeda nacional	5	1.064	922	1.099	958
Caixa e Bancos - moeda estrangeira	5	1.790	4.753	1.790	4.753
Aplicações Financeiras	5	6.073	19.358	6.223	19.556
Caixa e equivalentes de caixa conforme apresentado previamente		8.927	25.033	9.112	25.267
Efeito de variações nas taxas de câmbio	5	1.778	(265)	1.778	(265)
Caixa e equivalente de caixa ajustados no fim do período	5	10.705	24.768	10.890	25.002
Redução em caixa e equivalente de caixa					
		(14.063)	(4.375)	(14.112)	(4.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Industrial Cataguases

Demonstração do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Receita bruta deduzida de ajuste a valor presente cliente				
	224.178	221.689	224.182	221.727
Outras receitas	26 3.678	6.337	3.678	6.337
Descontos, abatimentos e devoluções	24 (11.955)	(8.959)	(11.955)	(8.959)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(b) 443	818	443	818
	<u>216.344</u>	<u>219.885</u>	<u>216.348</u>	<u>219.923</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	- (95.763)	(95.576)	(95.825)	(95.748)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	- (45.084)	(51.930)	(45.084)	(51.930)
Perda / Recuperação de valores ativos	- 152	1.118	152	1.118
	<u>75.649</u>	<u>73.497</u>	<u>75.591</u>	<u>73.363</u>
Valor adicionado bruto				
Depreciação, amortização e exaustão	13 e 14 (6.357)	(7.198)	(6.377)	(7.220)
	<u>69.292</u>	<u>66.299</u>	<u>69.214</u>	<u>66.143</u>
Valor adicionado líquido gerado				
Resultado de equivalência patrimonial	11(c) (60)	17	-	-
Receitas financeiras	27 31.667	21.039	31.703	21.216
	<u>100.899</u>	<u>87.355</u>	<u>100.917</u>	<u>87.359</u>
Valor adicionado total a distribuir				
Pessoal				
Remuneração direta	- 49.939	52.205	49.939	52.205
Benefícios	- 7.323	7.766	7.323	7.766
FGTS	- 3.013	3.133	3.013	3.133
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	- 13.801	16.711	13.809	16.788
Estaduais	- 16	50	16	58
Municipais	- 168	160	176	175
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	27 28.951	16.633	28.953	16.537
Aluguéis	- 435	434	435	434
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio	- -	-	-	-
Prejuízo do período	(2.747)	(9.737)	(2.747)	(9.737)
	<u>100.899</u>	<u>87.355</u>	<u>100.917</u>	<u>87.359</u>
Distribuição do valor adicionado				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto os valores por ação ou quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”) constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com a sede social localizada na Praça José Inácio Peixoto, nº 28, bairro Vila Tereza – Cataguases – MG, tem por atividade principal a fabricação, comércio, importação e exportação de fios e tecidos, de matérias-primas e produtos intermediários, têxteis, bem como a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de confeccionados em geral.

A Sociedade controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações (“Domínio” ou “Controlada”), constituída em 22 de setembro de 1998, cujo capital social foi totalmente integralizado em imóveis de natureza residencial, tem como objetivo a corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda e a incorporação de bens imóveis.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 2.1 (c).

(a) Declaração de conformidade

(i) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(ii) Demonstrações contábeis individuais da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas, principalmente: (a) na constituição de provisões para riscos (considerações na Nota nº 21); (b) na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes (considerações na Nota nº 7-b); na constituição de provisão para perda de estoques (considerações na Nota nº 8-a); na constituição de provisão para prêmio aposentadoria (considerações na Nota nº 20-a).

(d) Apresentação de informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

Praça José Inácio Peixoto, 28 – Cx P 29 - CEP 36.772-900 – CATAGUASES – MG – BRASIL - Tel (32) 3422-2211

Fax (32) 3421-1382 - www.cataguases.com.br e-mail: cic@cataguases.com.br

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

(e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Anos</u>
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

(i) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

(j) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(l) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A Companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

(m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

(q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

(t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

(u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 9 - Instrumentos financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 15 - sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) Arrendamento mercantil	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 16 - Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar da Companhia, as modificações feitas em 2018 não tiveram impactos significativos e se espera que as modificações aplicáveis a partir de 2019 não tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

I - Outras Normas:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos - moeda nacional	1.064	922	1.099	958
Caixa e bancos - moeda estrangeira	3.568	4.488	3.568	4.488
Aplicações financeiras	6.073	19.358	6.223	19.556
	10.705	24.768	10.890	25.002

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa com remuneração média de 98,45% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2018. Essas aplicações estão concentradas em bancos de 1a. linha, classificada pelas principais agências de *rating*.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários	3.376	2.205
Circulante	1.342	829
Não circulante	2.034	1.376

Referem-se substancialmente a certificado de depósito bancário, títulos de capitalização e fundos de renda fixa remunerados à taxa média de 94,52% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Existem aplicações financeiras dadas em garantia à empréstimos (FGPP, cédula de crédito de exportação e cédula de crédito bancário) no montante de R\$ 1.279 em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 2.066).

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Mercado interno	30.611	34.036
Mercado externo	9.090	10.093
	39.701	44.129
Ajuste a valor presente (a)	(782)	(995)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (b)	(4.772)	(5.215)
	34.147	37.919

Os valores a receber por vencimento estão detalhados na tabela a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Duplicatas a vencer	37.157	35.850
Duplicatas vencidas		
De 01 a 30 dias	1.359	2.137
De 31 a 60 dias	464	313
De 61 a 90 dias	93	219
Acima de 90 dias	628	5.610
	39.701	44.129

(a) O ajuste a valor presente é calculado para operações com vencimento médio de 75 dias. Foi utilizada a taxa média de desconto para o mercado interno de 2% ao mês, para vendas com prazo menor ou igual a 60 dias, e 2,2% ao mês para vendas com prazo maior que 60 dias. Para o mercado externo foi utilizada a taxa de 0,368% ao mês. Essas taxas correspondem às taxas efetivas repassadas nas operações a prazo;

(b) Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e consolidado			
	2017	Adições	Baixas	2018
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5.215	427	(870)	4.772
	5.215	427	(870)	4.772

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos há mais de 90 dias.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	29.965	23.207	30.142	23.385
Produtos em processamento	21.498	23.042	21.498	23.042
Matérias-primas	11.380	14.193	11.380	14.193
Almoxarifado	4.146	4.056	4.146	4.056
	66.989	64.498	67.166	64.676
Perda estimada de estoque	(3.804)	(3.956)	(3.804)	(3.956)
	63.185	60.542	63.362	60.720

(a) Movimentação da perda estimada de estoque:

	Controladora e consolidado			
	2017	Adições	Baixas	2018
Perda estimada de estoque	3.956	5.398	(5.550)	3.804
	3.956	5.398	(5.550)	3.804

9. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
IR/CS a recuperar	397	267
IR/CS parcelamento Paex	2.272	2.201
ICMS	5.524	5.108
PIS	114	214
COFINS	582	1.046
INSS (i)	1.129	51
Outros impostos	282	271
	10.300	9.158
Circulante	3.721	1.684
Não circulante	6.579	7.474

(i) Refere-se à ação de indébito tributário de INSS sobre faturas de cooperativas.

10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento a despachantes aduaneiros	245	104	244	104
Despesas antecipadas	258	591	259	591
Adiantamento à funcionários (i)	1.386	899	1.386	899
Outros	65	121	120	174
	1.954	1.715	2.009	1.768

(i) Refere-se basicamente a adiantamento de férias coletivas R\$ 1.170 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 685 em 31 de dezembro de 2017).

11. Investimentos (Controladora)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Avaliados ao custo	130	101	302	275
Avaliados pela equivalência patrimonial	4.061	4.122	-	-
	4.191	4.223	302	275

(a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

O saldo referente ao investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial refere-se em sua totalidade as quotas de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.

	2018	2017
Quotas possuídas - Domínio Imobiliária	4.165.617	4.165.617
Patrimônio líquido	4.062	4.122
Lucro líquido (prejuízo) do período	(60)	17
% de participação	99,98	99,98

Domínio Imobiliária	2018	2017
Ativo	5.571	5.615
Passivo	1.509	1.493
Patrimônio líquido	4.062	4.122
Receita líquida	4	37
Lucro líquido (prejuízo) do período	(60)	17

(b) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial – controlada indireta

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu desde exercício de 2011 participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais, municipais, previdenciários e junta comercial.

	2018	2017
Quotas possuídas - Caporena	5.100	5.100
Patrimônio líquido	(2.952)	(2.902)
Prejuízo no período	(50)	(263)
% de participação	51	51

(c) Movimentação dos investimentos

	2018	2017
Saldo inicial	4.223	7.999
Resultado de equivalência patrimonial	(60)	17
Redução do capital investido em controlada (i)	-	(3.793)
Integralização de capital por distribuição de sobras	28	-
Saldo final	4.191	4.223

- i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2017, foi aprovada a redução de capital da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. em R\$ 3.793. Em virtude da redução de capital fica liquidado o mútuo vigente entre a Companhia e a controlada.

12. Propriedade para investimento

	Controladora	
	2018	2017
Imóveis (b)	900	717
	900	717

	Consolidado	
	2018	2017
Terrenos (a)	3.000	3.000
Imóveis (b)	900	717
	3.900	3.717

- (a) Refere-se a um terreno da controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda., localizado no bairro Menezes, que possui valor justo de R\$ 3.000;
- (b) Refere-se a imóvel adquirido que teve sua propriedade consolidada em nome da Companhia, na forma do art. 27, parágrafo 6º da Lei nº 9514/97 em 21 de junho de 2010, em decorrência do não cumprimento do contrato de confissão de dívida com alienação fiduciária do imóvel em referência, celebrada via escritura pública com o devedor da Companhia. O referido imóvel foi arrendado em 2010, a receita reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 41 (2017: R\$ 39). O seu valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 900 (2017: R\$ 717).

A Companhia avaliou o valor justo do imóvel e dos terrenos e considera que o valor contábil apresentado está próximo do valor justo.

13. Imobilizado

	Controladora					
	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	42.003	(19.531)	22.472	41.674	(17.564)	24.110
Máquinas e equipamentos	174.465	(125.373)	49.092	174.142	(122.639)	51.503
Instalações	23.307	(10.282)	13.025	22.790	(9.588)	13.202
Móveis e utensílios	10.288	(8.853)	1.435	10.141	(8.340)	1.801
Veículos	2.436	(2.187)	249	2.734	(2.374)	360
Reflorestamento	23	(3)	20	23	(3)	20
Imobilizado em formação	1.972	-	1.972	1.302	-	1.302
	259.628	(166.229)	93.399	257.940	(160.508)	97.432

	Consolidado					
	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	5.134	-	5.134	5.134	-	5.134
Edificações	42.527	(19.582)	22.945	42.198	(17.594)	24.604
Máquinas e equipamentos	174.465	(125.373)	49.092	174.142	(122.639)	51.503
Instalações	23.307	(10.282)	13.025	22.790	(9.588)	13.202
Móveis e utensílios	10.288	(8.853)	1.435	10.141	(8.340)	1.801
Veículos	2.436	(2.186)	250	2.734	(2.374)	360
Reflorestamento	23	(3)	20	23	(3)	20
Imobilizado em formação	1.972	-	1.972	1.302	-	1.302
	260.152	(166.279)	93.873	258.464	(160.538)	97.926

Movimentação do ativo imobilizado conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

	Controladora					2018
	2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.110	-	(1.967)	-	329	22.472
Máquinas e equipamentos	51.503	60	(2.758)	(185)	472	49.092
Instalações	13.202	5	(694)	(8)	520	13.025
Móveis e utensílios	1.801	151	(520)	(26)	29	1.435
Veículos	360	-	(109)	(2)	-	249
Reflorestamento	20	-	-	-	-	20
Imobilizado em formação	1.302	2.103	-	(83)	(1.350)	1.972
	97.432	2.319	(6.048)	(304)	-	93.399

	Consolidado					2018
	2017	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.604	-	(1.987)	-	329	22.946
Máquinas e equipamentos	51.503	61	(2.757)	(185)	472	49.094
Instalações	13.202	5	(695)	(8)	520	13.024
Móveis e utensílios	1.801	151	(520)	(26)	29	1.435
Veículos	360	-	(109)	(2)	-	249
Reflorestamento	20	-	-	-	-	20
Imobilizado em formação	1.302	2.102	-	(83)	(1.350)	1.971
	97.926	2.319	(6.068)	(304)	-	93.873

	Controladora					2017
	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	24.602	-	(1.913)	-	1.421	24.110
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)	-	379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348	-	(136)	-	148	360
Reflorestamento	21	-	(1)	-	-	20
Imobilizado em formação	2.814	1.298	-	-	(2.810)	1.302
	102.682	1.629	(6.688)	(66)	(125)	97.432

	Consolidado					2017
	2016	Adições	Depreciação	Baixas	Transf.	
Terrenos	5.134	-	-	-	-	5.134
Edificações	25.118	-	(1.935)	-	1.421	24.604
Máquinas e equipamentos	54.043	112	(3.355)	(4)	707	51.503
Instalações	13.493	6	(676)	-	379	13.202
Móveis e utensílios	2.227	213	(607)	(62)	30	1.801
Veículos	348	-	(136)	-	148	360
Reflorestamento	21	-	(1)	-	-	20
Imobilizado em formação	2.814	1.298	-	-	(2.810)	1.302
	103.198	1.629	(6.710)	(66)	(125)	97.926

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, através de seu corpo técnico, efetuou análise para identificar a eventual existência de indicadores de *impairment* e efetuou a revisão da vida útil remanescente do seu ativo imobilizado. Não há indicação sobre existência de *impairment*, bem como não foi identificada a necessidade de alteração do plano de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R\$ 2.423 de terrenos e R\$ 10.852 de imóveis dados em garantia a empréstimos.

Em 01 de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia adotou o custo atribuído ao ativo imobilizado, os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por empresa especializada com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. O saldo remanescente do valor justo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$18.020 (2017: R\$19.285). A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

14. Intangível

	Controladora e consolidado					
	2018			2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	9.696	(9.191)	505	9.728	(8.887)	841
Intangível em formação	693	-	693	321	-	321
	10.389	(9.191)	1.198	10.049	(8.887)	1.162

Movimentação do ativo intangível conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

	Controladora e consolidado						
	(%) - Taxa de amortização	31/12/2017	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2018
Software	20	841	101	(309)	(128)	22	527
Intangível em formação	-	321	468	-	(96)	(22)	671
		1.162	569	(309)	(224)	-	1.198

	Controladora e consolidado						
	(%) - Taxa de amortização	31/12/2016	Adições	Amortização	Baixas	Transf.	2017
Software	20	1.100	39	(510)	(1)	213	841
Intangível em formação	-	117	292	-	-	(88)	321
		1.217	331	(510)	(1)	125	1.162

O intangível da Companhia está composto por softwares e gastos necessários à sua implantação.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	14.189	9.201	14.189	9.203
Fornecedores internacionais	316	-	316	-
	14.505	9.201	14.505	9.203
Ajuste a valor presente	(154)	(110)	(154)	(110)
	14.351	9.091	14.351	9.093

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 43 dias.

O ajuste a valor presente é calculado utilizando o vencimento efetivo dos títulos, sendo descontado à taxa de 1,09% ao mês, que corresponde à taxa efetiva repassada nas operações a prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

(a) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para contingências	594	905	594	905
Provisão para perdas esperadas/estimadas nos ativos	2.986	2.882	2.986	2.882
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa – CSLL	13.641	5.277	13.641	5.277
Outras	1.921	2.061	1.921	2.061
	19.142	11.125	19.142	11.125
Passivos fiscais diferidos				
Avaliação valor justo	4.347	4.714	4.347	4.714
Custo atribuído – outros	4.936	5.220	4.936	5.220
Diferença de depreciação fiscal - contábil (i)	9.153	9.114	9.153	9.114
Outras	19	-	22	2
	18.455	19.048	18.458	19.050
Efeito líquido ativos fiscais diferidos	687	-	684	-
Efeito líquido passivos fiscais diferidos	-	7.923	-	7.925

- (i) Refere-se a IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença entre os encargos de depreciação calculados com base nas taxas previstas em atos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB) e aqueles apurados no resultado contábil.

A Companhia, após revisão de seu direcionamento estratégico que resultou em um processo de reestruturação operacional e, com base em plano de negócios e projeções futuras deste mesmo processo, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de provisões temporariamente não dedutíveis, créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos dez anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações, nas premissas utilizadas no processo de reestruturação e na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2018	-	2.865	-	2.865
2019	3.887	3.450	3.887	3.450
2020	2.148	2.472	2.148	2.472
2021	1.443	1.327	1.443	1.327
2022	1.460	1.011	1.460	1.011
2023	2.056	-	2.056	-
2024	1.904	-	1.904	-
2025	1.763	-	1.763	-
2026	1.632	-	1.632	-
2027	1.511	-	1.511	-
2028	1.338	-	1.338	-
	19.142	11.125	19.142	11.125

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.695)	(16.688)	(12.663)	(16.477)
IRPJ/CSLL apurados com base nas alíquotas nominais - 34%	4.316	5.674	4.305	5.602
Equivalência patrimonial	(20)	6	-	-
Doações Instituto Francisca de Souza Peixoto	(83)	(88)	(83)	(88)
Outras doações	(71)	-	(71)	-
Outros	4.487	166	4.471	167
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - corrente	651	658	644	581
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - diferido	7.978	5.100	7.978	5.100

17. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Controladora e consolidado			
		Taxa de juros (ao ano)	Venc	2018	2017
CCE/NCE	USD	4,6% a 5,29%	2019	3.260	16.767
ACC	USD	4,35% a 4,65% + comissão de 3%	2018	-	8.602
Resolução 4131	USD	2,65% a 2,70% + comissão (1,8% a 1,9%)	2018	-	5.523
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 4,65% a 5,75%	2019	7.616	8.624
CCE DOLAR	USD	CDI + juros de 4,55% (*)	2019	4.894	-
CCE	R\$	159% de CDI	2022	5.005	-
FGPP	R\$	9,02% a 11,25%	2019	4.297	7.894
BNDDES FINAME	R\$	TJLP + 5,4%	2027	535	173
BNDDES FINAME	R\$	3,5% a 6%	2021	1.514	2.164
PPE	USD	7,10%	2022	10.076	-
Operação Desconto de Duplicatas	R\$	20,27%	2019	401	-
CCB	R\$	Selic + juros de 4,5% a 4,75%	2021	4.171	3.517
CCB	R\$	CDI + juros de 5% a 5,12%	2022	12.134	7.065
Total geral				53.903	60.329
Circulante				25.247	44.282
Não circulante				28.656	16.047

(*) Operação atrelada a contrato de Swap para troca da variação do dólar somado aos encargos contratuais (mencionados na tabela acima) por taxa fixa de 4,652394% a.a.

A Companhia não possui contratos de empréstimo com cláusulas restritivas.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
2019	-	9.979
2020	14.159	4.155
2021	9.086	1.795
2022	5.113	21
2023	65	97
2024 e demais anos	233	-
	28.656	16.047

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os seguintes ativos, apresentados a seguir ao seu valor de mercado, conforme laudos preparados pelas próprias instituições financeiras:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Hipoteca de imóveis	17.060	34.592
Alienação fiduciária de imóveis	9.406	4.123
Duplicatas a receber de clientes caucionadas	13.885	16.559
Estoques	5.603	4.374
Imobilizado	3.934	3.988
Aplicação financeira	1.279	2.066
	51.167	65.702

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado						2018
	2017	Adições	Pagamento de principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	Varição cambial	
Resolução nº 4131	5.523	-	(6.249)	170	(259)	815	-
ACC	8.602	5.021	(14.238)	693	(603)	525	-
BNDES FINAME	2.164	-	(593)	68	(125)	-	1.514
BNDES FINAME (TJLP)	173	351	(1)	46	(34)	-	535
CCB CDI	7.065	8.094	(2.932)	1.124	(1.217)	-	12.134
CCB SELIC	3.517	677	(119)	438	(342)	-	4.171
CCE DOLAR	-	5.000	-	129	-	(235)	4.894
CCE/NCE CDI	8.624	7.500	(8.500)	1.059	(1.068)	1	7.616
CCE/NCE DOLAR	16.767	-	(15.632)	558	(599)	2.166	3.260
CCE	-	5.000	(1)	94	(88)	-	5.005
FGPP	7.894	11.488	(15.973)	1.088	(200)	-	4.297
PPE	-	9.139	-	-	-	937	10.076
Operação Desconto de Duplicatas	-	401	-	-	-	-	401
Total geral	60.329	52.671	(64.238)	5.467	(4.535)	4.209	53.903

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controlada, acionistas e empresas que possuem relacionamentos com os membros da Administração.

	Moeda	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	2018	2017	
Ativo circulante						
Partes relacionadas						
B&C Comércio de Tecidos Assessorios e Art. Confec. Ltda.	(a)	Real	-	15	-	15
Catexil Comércio e Representações Têxteis Ltda.	(a)	Real	-	97	-	97
Peixoto de Mattos Comércio de Têxteis	(a)	Real	-	178	-	178
Caporena Comércio de Camisas Ltda.	(a)	Real	172	172	-	-
(-) Caporena Comércio de Camisas Ltda. - PCLD	(a)	Real	(172)	(172)	-	-
			-	290	-	290
Não circulante						
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	(c)	Real	-	2.375	-	2.375
			-	2.375	-	2.375
Passivo circulante						
Partes relacionadas						
1001 Ind. de Artefatos de Borracha Ltda.	(f)	Real	5	7	5	7
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	134	78	134	78
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a)	Real	75	74	75	74
Energisa S/A	(b)	Real	2	885	2	885
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a)	Real	94	43	94	43
			310	1.087	310	1.087
Não circulante						
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	76	110	76	110
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a)	Real	126	181	126	181
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a)	Real	52	77	52	77
			254	368	254	368

	Moeda	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	2018	2017	
Resultado operacional						
Partes relacionadas						
1001 Ind. De Artefatos de Borracha Ltda.	(f)	Real	(61)	(66)	(61)	(66)
B&C Com. Tecidos Assess. e Art. Confec. Ltda.	(a)	Real	422	442	422	442
Beca Representações Comerciais	(a)	Real	(408)	(620)	(408)	(620)
Bip Comércio de Tecidos Acess. Vestuário e Conf.	(a)	Real	263	312	263	312
Catexil Comercio e Representações Têxteis Ltda.	(a)	Real	570	1.406	570	1.406
Catriz Empreendimentos Ltda.	(a)	Real	(26)	(628)	(26)	(628)
Citrex Assessoria Empresarial S/S Ltda.	(h)	Real	-	(280)	-	(280)
Dominio Imobiliária Empreendimentos e Part. Ltda.	(d)	Real	-	(102)	-	-
Energisa S/A	(b)	Real	(6.448)	(20.275)	(6.448)	(20.275)
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	(c)	Real	(65)	215	(65)	215
Ferreira Cardoso Vasconcelos Teodoro Advogados	(g)	Real	(35)	(4)	(35)	(4)
Marcelo Inácio Peixoto	(i)	Real	-	(11)	-	(11)
Multisom Radio Cataguases Ltda.	(e)	Real	8	(8)	8	(8)
Peixoto de Mattos Comércio de Têxteis	(a)	Real	718	641	718	641
Zoom Consultoria & Negócios Ltda.	(a)	Real	(201)	(369)	(201)	(369)

- (a) Refere-se a operações de venda de mercadorias conforme estabelecido em tabela de preço, contrato de representação comercial ao percentual de 3% nas vendas para atacadista, 3,5% para confeccionista, 2% para clientes “decisão”, considerados lojistas, detentores de marcas e grifes que realizam negócios com a Companhia, e se utilizam de serviços de terceiros para fabricação de seus produtos, 1,5% para clientes “compra”, considerados aqueles que prestam serviço de fabricação aos clientes decisão e contra os quais são faturadas as mercadorias definidas por estes últimos nas vendas conjugadas e 6% para a 1ª e 2ª venda a novos clientes e verba indenizatória devida em razão da rescisão da representação comercial;
- (b) Em 2018, refere-se à distribuição de energia elétrica, em 2017 refere-se distribuição e comercialização de energia elétrica, suportado por contrato;
- (c) Refere-se a depósito caução efetuado como garantia ao contrato de compra de energia elétrica, aplicado pela Energisa com rendimentos incorporados ao saldo. O valor retido em garantia foi liberado em janeiro de 2018 em função de troca do fornecedor de energia;
- (d) Refere-se a mútuo tomado perante a controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. com a taxa de 1% ao mês;
- (e) Refere-se a serviços de divulgação publicitária;
- (f) Refere-se a prestação de serviços de conserto;
- (g) Refere-se a valores do acompanhamento de processo e serviços eventuais de consultoria tributária;
- (h) Refere-se a prestação de serviço de gestão comercial;
- (i) Serviço de levantamento técnico para fins de regularização das obras de ampliação.

19. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ/CSLL	-	-	-	9
Contrib. previd. sobre receita	156	190	156	190
ICMS	56	37	56	37
PIS	-	96	-	96
Cofins	19	548	19	548
CIDE sobre remessas externas	6	6	6	6
Outros tributos a recolher	17	25	17	25
IRPJ/CSLL - parcelamento	253	262	253	262
PIS - parcelamento	11	10	11	10
INSS - parcelamento	448	1.465	448	1.465
Outros - parcelamento	169	174	169	174
Utilização de prejuízos fiscais - parcelamento	-	(1.010)	-	(1.010)
	1.135	1.803	1.135	1.812
Circulante	338	1.060	338	1.069
Não circulante	797	743	797	743

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
2019	79	67
2020	79	67
2021	79	67
2022	79	67
2023 e demais anos	481	475
	797	743

20. Provisões diversas

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Provisões com pessoal	2.986	3.148
Provisão prêmio aposentadoria	2.926	3.035
Comissões a agentes mercado externo	616	716
Comissões a representantes mercado interno	481	588
Provisão indenização representantes mercado interno	100	39
Provisão indenização representantes mercado externo	218	-
	7.327	7.526
Circulante	4.401	4.491
Não circulante	2.926	3.035

(a) Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial referente à mensuração do compromisso atribuído à Companhia Industrial Cataguases, está relacionado a provisão para prêmio aposentadoria, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, que trata da contabilização de Benefícios a Empregados.

O valor atual de obrigações de prêmio aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o prêmio aposentadoria, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do prêmio aposentadoria. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do prêmio aposentadoria.

A Companhia firmou Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece na Cláusula 10ª o pagamento de um abono de Aposentadoria nas seguintes condições:

Será concedido, exclusivamente ao empregado que vier a se desligar das empresas, por motivo de aposentadoria, seja especial, seja por tempo de serviço, um prêmio equivalente ao valor de seu salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados.

O prêmio definido será equivalente a 10 salários nominais quando o empregado contar com o tempo ininterrupto de serviço prestado às mesmas empresas equivalente a: 25 anos, em caso de aposentadoria especial; 30 anos, em caso de empregada, com aposentadoria por tempo de serviço e 35 anos, em caso de empregado com aposentadoria por tempo de serviço.

Composição e movimentação dos saldos do plano de benefício definido

Conciliação da obrigação de benefício definido	2018	2017
Obrigação de benefício definido no início do ano	3.035	3.357
Custo do serviço corrente (parte patronal)	84	97
Custo dos juros	209	279
Benefícios pagos	(347)	(824)
(Ganho) perda atuarial - remensurações devido a	(55)	126
Mudanças de premissas demográficas e econômicas	85	(174)
Mudanças de premissas financeiras	38	90
Ajustes de experiência	(177)	210
Obrigação de benefício definido no final do ano	2.926	3.035
Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	2018	2017
Contribuições do empregador	347	824
Benefícios pagos	(347)	(824)
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	2018	2017
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente (parte patronal)	84	97
Custo líquido dos juros	209	279
Custo do benefício pós-emprego no período	292	376
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	4.015	3.889
Perdas (ganhos) atuariais	-	126
Custo total reconhecido em ORA	4.015	4.015
Montantes reconhecidos no balanço	2018	2017
Valor presente das obrigações não fundeadas	(2.926)	(3.035)
(Passivo) ativo líquido inicial	(2.926)	(3.035)
(Passivo) ativo líquido reconhecido	(2.926)	(3.035)

Conciliação do ativo (passivo) líquido	2018	2017
Ativo (passivo) líquido no início do ano	(3.035)	(3.357)
Custo líquido no período	(293)	(376)
Ganhos (perdas) atuariais líquidas de capital	55	(126)
Contribuições do empregador para o plano	347	824
Ativo (passivo) líquido no final do ano	(2.926)	(3.035)

Premissas adotadas (final do ano)	2018	2017
Taxa de desconto (nominal)	8,50%	9,37%
Retorno esperado dos ativos do plano	8,50%	9,37%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	4,77%	5,02%
Inflação projetada	4,25%	4,50%
Idade média prevista na aposentadoria	48 F / 53 M	48 F / 53 M

Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	2018	2017
Data efetiva	31/10/2018	31/12/2017
Participantes ativos (passivo principal)	1.398	1.228
Número total de participantes	1.398	1.228

Período de amortização	2018	2017
Média esperada de vida de trabalho restante	17,11	15,41
Período médio até que os benefícios sejam adquiridos	15,11	15,41
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	3,11	3,67

Informação adicional	2018	2017
Ganho (perda) atuarial total	-	(126)
Ganho (perda) atuarial - mudança de premissas financeiras	-	(90)
Ganho (perda) atuarial - mudança de premissas demográficas	-	174
Ganho (Perda) atuarial - ajuste de experiência	-	(210)

Outras premissas atuariais materiais (descrição):	2018	2017
Rotatividade anual projetada dos empregados	14,09%	15,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua entrada em Invalidez	Alvaro Vindas-50%	Alvaro Vindas-50%

Projeção do fluxo de caixa	2018	2017
Pagamentos de benefícios esperados	1.600	1.923
Contribuições esperadas do empregador	1.600	1.923

Valores acumulados dos ganhos ou perdas atuariais	2018	2017
(Ganho) perda atuarial das obrigações	(55)	126
(Ganho) perda atuarial no final do ano	(55)	126
Ganho (perda) atuarial líquida a ser reconhecida	(55)	126

Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de rotatividade (decréscimo de 1% a.a. no, percentual adotado) e taxa de desconto (decréscimo e acréscimo de 1% a.a. no percentual adotado), além da premissa de crescimento salarial (acréscimo de 1% no percentual adotado), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Análise de sensibilidade (em %)

- Decréscimo de 1% na taxa de desconto: variação positiva de 2,42% montante da obrigação;
- Acréscimo de 1% na taxa de desconto: variação negativa de 2,19% no montante da obrigação;
- Decréscimo de 1% na rotatividade: variação positiva de 2,92% no montante da obrigação;
- Acréscimo de 1% na taxa de crescimento salarial: variação positiva de 2,25% no montante da obrigação.

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

21. Provisões para riscos e depósitos judiciais

Nas datas das informações contábeis, a Companhia apresentava as seguintes provisões para riscos e depósitos judiciais:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Tributárias	304	297
Trabalhistas	1.747	2.661
Cíveis	-	9.912
Outras	3.657	3.531
Provisão para riscos	5.708	16.401
(-) Depósitos judiciais vinculados	(493)	(856)
Provisão para riscos líquida de depósitos judiciais	5.215	15.545
Depósitos judiciais (outros)	656	742

A movimentação das provisões para riscos e dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora e consolidado					2018
	2017	Adição	Baixa	Transferência	Atualização	
Provisão para riscos	16.401	1.028	(1.943)	(10.738)	961	5.709
Depósitos judiciais vinculados	(856)	(111)	473	-	-	(494)
	15.545	917	(1.470)	(10.738)	961	5.215
Depósitos judiciais (outros)	742	50	(136)	-	-	656

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: **(a)** a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; **(c)** o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas junto aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada possuíam processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 2.241 (2017: R\$ 771), referentes a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante de riscos destacamos os principais processos:

(a) Trabalhista

Refere-se à revisão do risco de perda pelo advogado responsável pelas reclamações trabalhistas da Companhia cujo objeto refere-se a intervalo intrajornada, adicional de insalubridade, dentre outros.

(b) Cível

Refere-se basicamente a discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica. Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial era discutir o reajuste dos valores contratados. Em 02 de agosto de 2018, a Companhia firmou acordo de parcelamento de pagamento com o fornecedor, para pôr fim ao litígio havido entre as partes desde 2006. Com o acordo, a Cataguases procedeu a transferência do valor provisionado de R\$ 10.738, sendo R\$ 7.491 para a conta de outros passivos que serão pagos com carência de seis meses, em 42 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas anualmente pelo IGP-M e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, e R\$ 3.247 reversão de despesa financeira líquida.

(c) Outras

Ação Rescisória nº 2306, ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados no valor de R\$ 3.657, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS.

22. Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía, com caráter exclusivo de proteção, uma operação de SWAP (12 meses), no valor total de R\$ 5.000, que trocam a variação do dólar por taxa pré-fixada em operações de empréstimos e financiamentos. Na determinação do valor justo do SWAP foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segregamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

Operações	2017		Taxas		Valor justo		
	Período (meses)	Juros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
		Períodos de 04 e 06 meses	Variação cambial + 5,33% a 5,50%	11,50% a 11,55%			
Dólar x taxa pré	8 a 12 meses				339	(186)	153

Operações	2018		Taxas		Valor justo		
	Período (meses)	Juros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Líquido
		Períodos de 12 meses	Variação cambial + 7,76%	CDI + 4,55%			
Dólar x taxa pré	12 meses				-	(292)	(292)

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 145.307 ações sendo 144.198 ações ordinárias e 1.109 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 73.289 em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 73.289). As ações preferenciais não têm direito a voto, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital em caso de amortização de ações e na liquidação da Companhia, bem como terão dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data da transição e as reavaliações de bens do ativo imobilizado em 2006, da controladora e controlada, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da realização dos ativos a que se referem.

(c) Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto, à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção

Constituída com a parcela do lucro líquido do exercício remanescente após as destinações previstas no estatuto da Companhia, para fins de reforço de capital de giro e expansão dos negócios.

(e) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

24. Receita líquida

Seguem abaixo abertura da receita operacional bruta e conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas de produtos no mercado interno	198.575	201.299	198.579	201.337
Vendas de produtos no mercado externo	35.536	30.795	35.536	30.795
Impostos sobre vendas	(41.055)	(43.588)	(41.055)	(43.589)
Subvenções governamentais - ICMS (i)	5.576	7.276	5.576	7.276
Devoluções e abatimentos	(11.955)	(8.959)	(11.955)	(8.959)
Ajuste a valor presente clientes	(9.933)	(10.405)	(9.933)	(10.405)
Total da receita	176.744	176.418	176.748	176.455

- (i) Refere-se a auxílio financeiro comumente recebido de forma periódica pela Companhia, decorrente de incentivos fiscais de ICMS (Proalminas), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), e reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

25. Custos e despesas operacionais

Por natureza	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	(53.031)	(56.361)	(53.031)	(56.361)
Indenizações trabalhistas	-	(2.532)	-	(2.532)
Custo das matérias-primas, materiais e serviços adquiridos	(111.960)	(110.220)	(111.960)	(110.220)
Comissões sobre venda	(4.462)	(4.186)	(4.462)	(4.186)
Fretes de vendas	(3.962)	(3.876)	(3.962)	(3.876)
Depreciações e amortizações	(6.350)	(7.197)	(6.371)	(7.218)
Indenizações a representantes comerciais	-	(1.677)	-	(1.677)
Ajuste a valor presente - fornecedores	1.885	1.597	1.885	1.597
Outros	(12.301)	(11.086)	(12.342)	(11.132)
Total das despesas	(190.181)	(195.538)	(190.243)	(195.605)

Por função	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações continuadas				
Custo dos produtos vendidos	(149.894)	(155.991)	(149.894)	(155.991)
Despesas com vendas	(23.596)	(26.446)	(23.596)	(26.446)
Despesas administrativas	(16.691)	(13.101)	(16.753)	(13.168)
Total das despesas	(190.181)	(195.538)	(190.243)	(195.605)

26. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas				
Cessão de crédito de energia	1.087	5.719	1.087	5.719
Crédito extemporâneo de ICMS	-	179	-	179
Reversão provisão PIS e Cofins sobre Outras Receitas	309	-	309	-
Crédito extemporâneo de PIS e Cofins	756	85	756	85
Crédito PIS e Cofins Importação	-	93	-	93
Ganhos na alienação de imobilizado	293	199	293	199
Aluguel	41	39	41	39
Processo restituição-INSS Cooperativas de Trabalho	676	-	676	-
Reversão provisão honorários	166	-	166	-
Outras receitas	350	23	350	23
	3.678	6.337	3.678	6.337
Outras despesas				
Cessão de crédito de energia	(1.495)	(3.326)	(1.495)	(3.326)
Despesa com contingência trabalhista	(656)	(2.352)	(656)	(2.352)
Provisão de risco em ações trabalhistas	915	(1.308)	915	(1.308)
Provisão participação empregados nos lucros	-	-	-	-
Provisão participação administradores nos lucros	-	-	-	-
Provisão para perda de estoque	152	1.118	152	1.118
PIS e Cofins sobre outras receitas	(301)	(797)	(301)	(797)
PIS, Cofins, CIDE sobre remessas externas	(112)	(81)	(112)	(81)
Penalidade Contratual	(173)	(459)	(173)	(459)
Provisão para prêmio aposentadoria	(269)	(400)	(269)	(400)
Contribuição Fundo Algodinas	(90)	(109)	(90)	(109)
ICMS sobre outras saídas	(104)	(175)	(104)	(175)
Depreciação - leasing	(7)	-	(7)	-
Perda por ociosidade	(3.010)	-	(3.010)	-
Outras despesas	(442)	(439)	(446)	(454)
	(5.592)	(8.328)	(5.596)	(8.343)
Total outras receitas (despesas), líquidas	(1.914)	(1.991)	(1.918)	(2.006)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Reversão do ajuste a valor presente clientes	10.146	10.566	10.146	10.566
Ganhos com variações cambiais	14.287	5.474	14.287	5.474
Reversão despesa de juros-Horizontes Energia	3.247	-	3.247	-
Juros com aplicações financeiras	929	1.249	939	1.269
Atualização saldo INSS sobre Cooperativas de Trabalho	395	-	395	-
Benefício parcelamento Lei nº 13.496/17	-	1.959	-	1.959
Ganho com operação Swap	1.596	688	1.596	688
Outras receitas financeiras	1.067	1.103	1.093	1.260
	31.667	21.039	31.703	21.216
Despesas financeiras				
Perdas com variações cambiais	(15.788)	(5.512)	(15.788)	(5.512)
Juros com empréstimos e financiamentos	(5.204)	(5.445)	(5.204)	(5.445)
Reversão do ajuste a valor presente fornecedores	(1.841)	(1.633)	(1.841)	(1.633)
Deságio sobre antecipação de recebíveis	(2.027)	(1.260)	(2.027)	(1.260)
Atualização de processos judiciais	(960)	(855)	(960)	(855)
Estorno benefício parcelamento Leis nº 12.865/13 e 12.996/14	-	(628)	-	(628)
Perda com Operação Swap	(1.268)	(635)	(1.268)	(635)
Outras despesas financeiras	(1.863)	(665)	(1.865)	(569)
	(28.951)	(16.633)	(28.953)	(16.537)
Resultado financeiro líquido	2.716	4.406	2.750	4.679

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros classificados por categoria:

Ativo	Instrumentos financeiros classificados por categoria							
	Controladora							
	2018				2017			
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes caixa	10.705	-	-	10.705	24.768	-	-	24.768
Títulos e valores mobiliários	-	3.376	-	3.376	-	2.205	-	2.205
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	34.147	34.147	-	-	37.919	37.919
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	153	-	153
Depósitos judiciais	-	-	656	656	-	-	742	742
	10.705	3.376	34.803	48.884	24.768	2.358	38.661	65.787

Passivo	2018		2017	
	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	53.903	53.903	60.329	60.329
Fornecedores	14.351	14.351	9.091	9.091
	68.254	68.254	69.420	69.420

Resultado de 2018



Instrumentos financeiros classificados por categoria

Ativo	Consolidado							
	2018				2017			
	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativos ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalente caixa	10.890	-	-	10.890	25.002	-	-	25.002
Títulos e valores mobiliários	-	3.376	-	3.376	-	2.205	-	2.205
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	34.147	34.147	-	-	37.919	37.919
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	153	-	153
Depósitos judiciais	-	-	656	656	-	-	742	742
	10.890	3.376	34.803	49.069	25.002	2.358	38.661	66.021

Passivo	2018		2017	
	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Empréstimos e financiamentos	53.903	53.903	60.329	60.329
Fornecedores	14.351	14.351	9.093	9.093
	68.254	68.254	69.422	69.422

Praça José Inácio Peixoto, 28 – Cx P 29 - CEP 36.772-900 – CATAGUASES – MG – BRASIL - Tel (32) 3422-2211

Fax (32) 3421-1382 - www.cataguases.com.br e-mail: cic@cataguases.com.br

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

(a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e euros, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais estão a seguir discriminados e não apresentam diferenças entre os valores justos e os contábeis.

- **Contas a receber** – a Companhia possui saldo de contas a receber em moeda estrangeira referente às vendas a outros países em que atua. Em 31 de dezembro de 2018, monta em R\$ 9.090, equivalente a 297 mil euros e 2.004 mil dólares norte-americanos (2017: R\$10.093, equivalente a 462 mil euros e 2.497 mil dólares norte-americanos);
- **Empréstimos e financiamentos** – conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$ 18.230 em 31 de dezembro de 2018, equivalente a 4.670 mil dólares norte-americanos (2017: R\$ 30.892, equivalente a 9.339 mil dólares-americanos). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não comprou dólares no mercado futuro.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente atrelados às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e nos empréstimos em moeda nacional.

(c) Concentração de risco de crédito

A Companhia e sua controlada estão expostas a possíveis perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada definiram em sua política de gestão de riscos parâmetros para análise das situações financeiras e patrimonial de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a qual opera, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de “*commodities*”, taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

A Companhia selecionou dois riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, como: **(1)** a taxa de câmbio dólar norte-americano-real e euro-real; **(2)** a taxa do CDI e da Selic.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia incluiu na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, um possível e um remoto, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar norte-americano contra o real podem ser compensados ou ampliados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia. O cenário provável considera altas de 10% da cotação do dólar norte-americano-real/euro-real.

Os cenários possíveis e remotos consideram altas de 25% e 50%, respectivamente, da cotação do dólar norte-americano-real e Euro-real em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2018.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2018 seja mantido que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI a 7,39% a.a., Selic a 7,40% a.a., dólar a 4,0039 e euro a 4,6545) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Controladora		
			Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.322	Alta Euro	1.454	1.817	2.181
Contas a receber mercado externo	7.768	Alta Dólar	8.545	10.682	12.818
Empréstimos e financiamentos	(18.230)	Alta Dólar	(20.053)	(25.066)	(30.079)
Instrumentos financeiros derivativos (Valor Nacional)	5.000	Alta Dólar	5.500	6.875	8.250
Subtotal	(4.140)		(4.554)	(5.692)	(6.830)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	9.449	Alta CDI	10.393	12.991	15.590
Empréstimos e financiamentos	(24.755)	Alta CDI	(27.231)	(34.038)	(40.846)
Empréstimos e financiamentos	(4.171)	Alta Selic	(4.589)	(5.736)	(6.883)
Subtotal	(19.477)		(21.427)	(26.783)	(32.139)
Total	(23.617)		(25.981)	(32.475)	(38.969)
Efeito no resultado			(2.364)	(8.858)	(15.352)

Instrumentos	Exposição em R\$ mil	Risco	Consolidado		
			Cenário I (Deterioração de 10%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros expostos ao Câmbio					
Contas a receber mercado externo	1.322	Alta Euro	1.454	1.817	2.181
Contas a receber mercado externo	7.768	Alta Dólar	8.545	10.682	12.818
Empréstimos e financiamentos	(18.230)	Alta Dólar	(20.053)	(25.066)	(30.079)
Instrumentos financeiros derivativos (Valor Nocial)	5.000	Alta Dólar	5.500	6.875	8.250
Subtotal	(4.140)		(4.554)	(5.692)	(6.830)
Instrumentos financeiros expostos a variação do CDI e da Selic					
Aplicações financeiras no mercado aberto	9.599	Alta CDI	10.559	13.198	15.838
Empréstimos e financiamentos	(24.755)	Alta CDI	(27.230)	(34.038)	(40.846)
Empréstimos e financiamentos	(4.171)	Alta Selic	(4.589)	(5.736)	(6.883)
Subtotal	(19.327)		(21.260)	(26.576)	(31.891)
Total	(23.467)		(25.814)	(32.268)	(38.721)
Efeito no resultado			(2.347)	(8.801)	(15.254)

Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define valor justo como preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou mercado mais vantajoso para ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Esses ativos incluem investimentos em títulos privados e públicos. Os ativos da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

	Mensuração a valor justo - Controladora			
	31/12/2018	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	3.376	3.376	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
	3.376	3.376	-	-

	Mensuração a valor justo - Controladora			
	31/12/2017	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	2.205	2.205	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	153	-	153	-
	2.358	2.205	153	-

Mensuração a valor justo - Consolidado			
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Títulos e valores mobiliários	3.376	3.376	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
	3.376	3.376	-

Mensuração a valor justo - Consolidado			
	Preço cotado em mercados ativos para ativos idênticos	Preço cotado em mercados não ativos para ativos similares	Registros não observáveis
31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo			
Títulos e valores mobiliários	2.205	2.205	-
Instrumentos financeiros derivativos	153	-	153
	2.358	2.205	153

(a) Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, considerando os requerimentos legais e estatutários.

29. Lucro líquido (prejuízo) por ação

O resultado por ação foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida no período findo em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme o quadro abaixo. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alteração na quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação e também não existem situações que possam provocar diluição.

Em milhares de reais	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Resultado do período	(4.035)	(31)	(4.066)	(10.847)	(83)	(10.930)
Prejuízo atribuível aos acionistas	(4.035)	(31)	(4.066)	(10.847)	(83)	(10.930)
Número efetivo de ações	144.198	1.109	145.307	144.198	1.109	145.307
Resultado por ação básico e diluído- R\$	(27,98)	(27,98)	(27,98)	(75,22)	(75,22)	(75,22)

30. Operações descontinuadas

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da empresa Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria.

As principais classes de ativos e passivos a serem descontinuados da Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

	2018	2017
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Contas a receber de clientes	6	6
	6	6
Não circulante		
Imobilizado	1	1
	1	1
Total do ativo	7	7
Passivo circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (a)	631	620
	631	620
Não circulante		
Outros passivos (a)	2.328	2.289
	2.328	2.289
Patrimônio líquido		
Capital social	10	10
Prejuízos acumulados	(2.962)	(2.912)
	(2.952)	(2.902)
Total do passivo	7	7

(a) Nestes montantes existem saldos devidos a Companhia que foram eliminados na consolidação das informações contábeis, sendo apresentado o saldo de R\$ 1.452 como passivos de operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 1.426).

O resultado do período da Caporena Comércio de Camisas Ltda. é apresentado a seguir:

Demonstração de resultado	2018	2017
Receita líquida	-	-
Custo de produtos	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro	(50)	(263)
Outras despesas operacionais	-	-
Prejuízo do período da operação descontinuada	(50)	(263)

Os fluxos de caixas líquidos incorridos pela Caporena Comércio de Camisas Ltda. são:

Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	2018	2017
Provenientes das operações	-	-
Utilizados nas atividades de investimento	-	-
Utilizados nas atividades de financiamento	-	-

31. Remuneração dos administradores

Foram fixados pela AGO/E realizada em 30 de abril de 2018, a remuneração anual e global dos administradores da Companhia a vigorar de março de 2018 a abril de 2019 em até R\$ 3.570 (em até R\$ 3.500 no período de maio de 2017 a abril de 2018).

Órgão	Controladora e consolidado - 2018				
	Nº de membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência privada	Assist. médica
Conselho de Administração	5	632	-	-	-
Conselho Fiscal	3	197	-	-	-
Diretoria	4	1.652	-	78	68
	12	2.481	-	78	68

Órgão	Controladora e consolidado - 2017				
	Nº de membros	Honorários	Remuneração variável	Previdência privada	Assist. médica
Conselho de Administração	5	623	-	-	-
Conselho Fiscal	3	235	-	-	-
Diretoria	4	1.504	-	87	56
	12	2.362	-	87	56

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

32. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas junto a terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	Prêmio
Incêndio de bens do imobilizado e avarias nos estoques	198.079	367
Veículos	3.381	26
Responsabilidade civil diretoria D&O	30.000	40
Responsabilidade civil	20.000	10
Fiança Locatícia	298	7
Crédito de exportação	716	120
Transporte - Importação	3.730	(*)
Transporte - Exportação	1.119	(*)

(*) O prêmio é calculado pela taxa prevista na apólice, no valor de 0,055% aplicável aos Embarques Aquaviários, Terrestres e Aéreos. A referida taxa aplica-se a todas as verbas seguráveis.

Conselho de Administração:

José Inácio Peixoto Neto
Presidente
Herbert Steinberg
Vice-Presidente
Carlos Manoel Castro de Mattos
Conselheiro
Jorge Nagib Amary Junior
Conselheiro
Vicente Moliterno Neto
Conselheiro

Diretoria:

José Inácio Peixoto Neto
Diretor Presidente e de Relações com
Investidores
Alexandre Ribeiro Scotti
Diretor Administrativo e Financeiro
Marcos Aurélio de Sousa Rodrigues
Diretor Técnico-Industrial
Tiago Inácio Peixoto
Diretor Comercial

Conselho fiscal:

Flávio Stamm
Conselheiro
Glaydson Ferreira Cardoso
Conselheiro
Paulo Henrique Laranjeira da
Silva
Conselheiro

Responsável técnico:

Jussara do Carmo Milane Sousa
Contadora
CRC-MG 068665-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes**
Praça Carlos Chagas, 49 – 4º andar
Santo Agostinho | Belo Horizonte |
MG | Brasil
T +55 31 3289.6000
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Industrial Cataguases
Cataguases – MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Industrial Cataguases (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Industrial Cataguases e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia Industrial Cataguases Individual e Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os principais assuntos de auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Benefício pós emprego (Nota nº 20)

A Companhia possui compromissos relacionados a benefícios pós emprego, compostos de prêmio de aposentadoria por tempo de serviço, o qual equivale ao valor do salário nominal multiplicado pelo coeficiente correspondente ao número de anos trabalhados. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente das obrigações referentes ao compromisso atribuído soma R\$ 2.926 mil.

Mantivemos essa área como foco em nossa auditoria, pois a obrigação do benefício pós emprego foi determinada com base em premissas que requerem julgamento e cálculos atuariais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas atuários, realizamos os seguintes principais procedimentos:

- Entendemos e avaliamos as principais premissas atuariais utilizadas pela Administração para cálculo dos compromissos relacionados ao prêmio por aposentadoria. Adicionalmente, realizamos testes com o intuito de observar a integridade e completude da base de dados utilizada para o mencionado cálculo atuarial;
- Em conjunto com nossos especialistas atuariais, comparamos as premissas-chaves com dados e parâmetros de mercado;
- Realizamos ainda, um cálculo independente de valorização do plano de benefícios considerando as premissas-chaves equivalentes divulgadas pelo mercado;
- Avaliamos a razoabilidade das respectivas divulgações, em notas explicativas em aderência aos requisitos das normas contábeis aplicáveis;

- Os procedimentos de auditoria revelaram ajustes contábeis que foram efetuados pela Companhia. Assim, consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão do benefício pós emprego são razoáveis, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela Administração.

Provisões para riscos (Nota nº 21)

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a Administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria, devido a relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas.

Atualizamos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação de informações com os escritórios de advocacia externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos em relação à avaliação do prognóstico, à totalidade das informações e ao valor das provisões. Para as causas significativas, discutimos com a Administração e seus consultores jurídicos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para riscos são razoáveis, e as divulgações efetuadas são consistentes com as posições dos consultores jurídicos.

Ambiente de tecnologia da informação no ciclo de receita de venda de produtos (Nota nº 23)

A Companhia reconhece suas receitas de vendas em bases diárias de acordo com os contratos e pedidos firmados com clientes, que envolvem substancialmente uma carteira pulverizada de pessoas jurídicas.

A Companhia é dependente de seu ambiente de tecnologia e seus controles automatizados subjacentes relacionados aos processos para captura dos pedidos de vendas, registro e

processamento das informações de receita de vendas. Nos últimos anos, os principais sistemas da Companhia têm sido aprimorados com objetivo de estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao seu volume de transações. Apesar dessas mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações de receitas nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Em função da complexidade inerente ao processo automático de início, registro, processamento e reporte das informações utilizadas no reconhecimento da receita de vendas, da importância da efetividade dos controles internos que a Administração trabalha em melhorar e aprimorar, bem como da representatividade das receitas no conjunto das demonstrações contábeis, essa área continua sendo relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em resposta aos riscos identificados, efetuamos os seguintes principais procedimentos:

- Com o apoio de nossos especialistas em tecnologia da informação, atualizamos o entendimento dos principais controles do ambiente de tecnologia relacionados aos aspectos de segurança, mudanças em sistemas e monitoramento dos processamentos, acerca dos principais critérios e sistema utilizado para reconhecimento da receita de venda de produtos;
- Para obter as evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria, foi necessário executar testes de transações adicionais, a fim avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, os controles compensatórios existentes. Testamos transações de receita com vendas ocorridas no exercício, em bases amostrais, inspecionando faturas e o recebimento subsequente do valor da transação pago pelo cliente, bem como efetuamos procedimentos de confirmação de contas a receber de clientes em aberto;
- Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os procedimentos adotados pela Administração para o reconhecimento da receita, são aceitáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em

todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores, o relatório foi datado em 28 de fevereiro de 2018, sem modificações na opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,



inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2019

Maria Aparecida Regina Cozero Abdo

CT CRC 1SP-223.177/O-0 "S" – MG

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP – 025.583/0-1 "S" – MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Industrial Cataguases, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no art.163, da Lei n. 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a Proposta de destinação dos resultados (Absorção do Prejuízo do Exercício), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração, considerando os fatos registrados nas atas de reuniões deste Conselho Fiscal, nas deliberações da reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2019 e no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, emitido sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

Flavio Stamm

Paulo Henrique Laranjeira da Silva

Glaydson Ferreira Cardoso

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Relativo ao exercício social de 2018

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2019, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2019.

José Inácio Peixoto Neto

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Alexandre Ribeiro Scotti

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Relativo ao exercício social de 2018

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2019.

José Inácio Peixoto Neto

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Alexandre Ribeiro Scotti

Diretor Administrativo e Financeiro

Marcos Aurélio Sousa Rodrigues

Diretor Industrial

Tiago Inácio Peixoto

Diretor Comercial

**PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO
AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2019 no montante de R\$ 25.208.216,91 (Vinte e cinco milhões, duzentos e oito mil, duzentos e dezesseis reais e noventa um centavos) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 25.208.216,91
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	-
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	R\$ 25.208.216,91

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2019, tendo os mesmos a seguinte classificação:

- a) **Obrigatórios:** Investimentos destinados atender normas governamentais e/ou Regulatórias – R\$ 2.592.711,50 (Dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos onze reais e cinquenta centavos);
- b) **Reposição:** Investimentos destinados à manutenção e ou substituição de equipamentos; R\$ 15.490.996,41 (Quinze milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e noventa seis reais e quarenta um centavos);
- c) **Expansão:** Investimentos destinados ao incremento de negócios em mercados e ou produtos existentes – R\$ 6.566.309,00 (Seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e nove reais);
- d) **Outros:** Investimentos diversos destinados à área comercial - R\$ 558.200,00 (Quinhentos cinquenta oito mil e duzentos reais)

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2019.

José Inácio Peixoto Neto

Presidente do Conselho de Administração